REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO NO SERVIÇO SOCIAL: ENTRE A PROPOSTA DE REFORMA PROFISSIONAL E AS ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À QUESTÃO.

CONSERVATIVENESS IN SOCIAL SERVICE UPDATE: BETWEEN THE PROFESSIONAL REFORM PROPOSAL AND THE CONFRONTATION STRATEGIES.

Laryssa Danielly Silva Fernandes[1]

RESUMO

O estudo traz a discussão do avanço do conservadorismo na profissão mediante as implicações do pragmatismo e imediatismo que nela se expressam cotidianamente, além do desenvolvimento de concepções que tencionam o seu arcabouço teórico e crítico. Nesse contexto, torna-se possível pensar estratégias para o fortalecimento do projeto ético-político e a qualificação da formação profissional no Serviço Social.

Palavras-chave: Conservadorismo. Serviço Social. Projeto Ético-político.

ABSTRACT

The study brings the discussion of the advance of conservatism in the profession through the implications of pragmatism and immediacy expressed in it everyday, in addition to the development of concepts that intend their theoretical and critical framework. In this context, it becomes possible to think strategies for strengthening the ethical-political project and the qualification of professional training in Social Work.

Keywords: Conservatism. Social Service. Ethical-Political Project.

[1] Mestranda no programa de pós-graduação em Política Social na Universidade de Brasília – PPGPS/UnB. Assistente Social formada pela Universidade Federal de Alagoas – UFAL. laryssadsfernandes@outlook.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva a compreensão das implicações da reatualização do conservadorismo para a categoria profissional, bem como as estratégias de enfrentamento necessárias para resistir a esta ofensiva, dada a relevância dessa discussão no contexto hodierno. O avanço de concepções conservadoras no interior do Serviço Social, a exemplo da construção das “23 teses para a reforma do Serviço Social” é central para a discussão feita neste artigo.

Entende-se que a atual conjuntura é mediada pelos ditames do neoliberalismo, por governos conservadores, fascistas e neo-direitistas ao redor do mundo, por isso, ao compreender o Serviço Social dentro desse contexto, observa-se uma forte influência conservadora na prática e na formação profissional do Serviço Social. Tais posturas ideológicas, conservadoras, dizem respeito a referenciais teórico-metodológicos atrelados a valores e tradições que conformaram as bases da profissão em sua gênese, ou seja, os determinantes técnicos e pragmáticos que compunham o Serviço Social tradicional. Nesse contexto, torna-se urgente esta reflexão para desvelar suas implicações cotidianas para a profissão.

Ao tratar da relação do conservadorismo no cotidiano da profissão, destacam-se os processos sociais vivenciados na atual conjuntura que envolve a política neoliberal que reverbera na expansão do ensino superior de forma aligeirada e fragilizada, bem como a intervenção profissional de modo imediato e pragmático. O que exige pensar estratégias de enfrentamento por meio dos avanços realizados sobre a obra de Marx que impactam na definição de uma direção social crítica para a profissão.

Nesse sentido, o método materialista histórico e dialético está presente na construção deste trabalho, com o objetivo de evitar abordagens equivocadas, unilaterais ou a-históricas, no intuito de apreender como acontece o avanço do conservadorismo no Serviço Social, no contexto hodierno, em sua totalidade. A abordagem de autores marxistas compõe um traço primordial deste artigo para desenvolver as críticas e reflexões necessárias.

2 A PERSPECTIVA DE REFORMA DO SERVIÇO SOCIAL E A RESISTÊNCIA A ESTA OFENSIVA

Para dar embasamento a essas considerações, faz-se necessário compreender a categoria vida cotidiana explicada por Agnes Heller (1970) como a vida de todo homem, que perpassa todo o solo ontológico do ser social, portanto, uma categoria insuprimível, enquanto espaço de constituição, produção e reprodução do ser social.

A partir desses pressupostos, para falar sobre a vida cotidiana como espaço de constituição e reprodução do ser social é preciso expor suas determinações fundamentais que, de acordo com Lukács (apud NETTO, 1994, p. 67), são: a *Heterogeneidade*: a vida cotidiana configura as diferentes estruturas que compõem as objetivações do ser social. *Imediaticidade:* significa que a ação do homem em dar respostas ativamente "é a relação direta entre pensamento e ação", "padrão de comportamento" na vida cotidiana, como uma conduta específica e imediata, sendo a gênese para o "automatismo" e o "espontaneísmo", inerentes a vida do homem. *Superficialidade extensiva:* o cotidiano mobiliza em cada ser social todas as atenções e todas as forças, mas não em sua total intensidade.

Em suma, mediante a complexidade da sua estrutura, baseada no agir tendencialmente pragmático e imediato, o homem, ao se desenvolver nas instâncias econômico-sociais, principalmente, sob o controle da organização própria do capitalismo, desenvolve ideologias e pensamentos considerados conservadores. Esse pensamento conservador é potencializado pela ausência da perspectiva de totalidade em que o homem está inserido. É nesse sentido que o conservadorismo se legitima no cotidiano das relações sociais, conforme explicitaremos na análise do seu desenvolvimento histórico a seguir.

De acordo com Agustín Cueva (1989), referido por Leila Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador é considerado antidemocrático, antipopular e antiprogressista. Nos anos de 1980, Cueva caracterizou como *tempos conservadores* o momento de transformação que invadia a cultura ocidental, que

estava ligada às transformações estruturais no interior do capitalismo contemporâneo, como a financeirização e mundialização do capital.

Netto (2011, p. 16) aponta então que essa onda conservadora (1970-1980), implícita na "ofensiva neoliberal"[2], afetou diretamente as sociedades ocidentais e em um período de poucos anos "o pensamento conservador ganhou um fôlego aparentemente assombroso". Embora o conservadorismo contemporâneo[3] não se apresente como tal, oculta suas raízes e seus conteúdos que se referem aos inúmeros traços do conservadorismo caracterizado pela autora como clássico. Segundo o autor, para compreender os fundamentos desse conservadorismo, observou-se que ele tinha suas origens no abandono das dimensões econômico-políticas e históricas da vida social. Dessa forma, as tendências que se insurgiam contra o conservadorismo dominante recorreram à análise da economia política e da história, sendo necessárias para enfrentar o conservadorismo contemporâneo.

A autora vai explicar que, nesse momento, o pensamento conservador se configura como irracionalista e contrarrevolucionário, expressando assim repúdio a qualquer revolução. "É assim que ele tem substantivamente mudado a sua função social: de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado" (NETTO, 2011, p.49). Diante das considerações acima, torna-se urgente à reflexão sobre o avanço do conservadorismo no Serviço Social na atual conjuntura, assim como suas implicações na profissão.

Parafraseando Iamamoto (1995), o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho e se institucionalizou como profissão em 1930 quando há o reconhecimento pelo Estado da Questão Social como decorrência da relação entre capital e trabalho. A partir da década de 1960 houve o rompimento com as fronteiras da filantropia através do movimento de reconceituação da profissão,

[2] A ofensiva neoliberal, segundo Ilse Gomes Silva (2001) caracteriza um aumento de investimentos para o capital intensificando os processos de flexibilização, privatização e terceirização, além de afirmar que a ideologia neoliberal corresponde à ideia de desigualdade social, evidenciando um acirramento da luta de classes, bem como uma noção rasteira de liberdade, estimulando os processos de contarreformas que reduzem as garantias sociais e os direitos conquistados.

[3] "Igualmente ao Serviço Social, onde hoje também rebate com força o conservadorismo de novo tipo, o recurso à história é um instrumento fundamental – juntamente com a análise do conservadorismo clássico – para compreender a profissão" (NETTO, 2011, p. 19).

revelando o trabalho profissional com caráter essencialmente político tencionado pelas relações classistas. Segundo a autora supracitada, a profissão emerge e se expande marcada pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital, caracterizando uma atuação profundamente polarizada por interesses sociais de classes antagônicas. Desse modo, como é possível estabelecer estratégias para o enfrentamento dessa contradição intrínseca ao Serviço Social?

Uma das estratégias de enfretamento é compreender que o significado social da profissão não se revela na imediaticidade vivida cotidianamente, tampouco no pragmatismo inserido no bojo da profissão, pois o trabalho profissional adquire sentido e descobre seus limites e possibilidades a partir de uma análise histórica da sociedade da qual faz parte (IAMAMOTO, 1995). Por isso, essas concepções abordadas pela autora vão de encontro com as “23 de teses de reforma para o Serviço Social” propostas pelo Prof. Dr. Edson Marques Oliveira (2017) que expressam um caráter tecnicista e pragmático que fazem referência à origem da profissão, com propostas que remetem a um resgate da identidade e da cultura “profissionalizante” instituída em sua gênese.

Uma das críticas mais ferrenhas do autor é quanto ao distanciamento entre teoria e prática, além de sua oposição ao projeto ético político profissional de cunho marxista voltado para a superação desta sociedade e sua total reprovação à militância exercida pelos assistentes sociais na busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Em vídeo publicado na internet, no canal Youtube, o autor busca esclarecer as razões pelas quais propõe a reforma: [4]

> [...] Será que essa proposta, essa hegemonia, principalmente marxista, projeto ético-político, tem alguma coisa errada nesse negócio? [...] Já se perguntou como colocar em prática? [...] Se aquilo que você pensa, coloca em prática e não dá resultados, talvez o que você está pensando está errado. (OLIVEIRA, 2017b, 2:45-3:17).

Nesse sentido, para analisar o aprofundamento do conservadorismo no Serviço Social a partir das “23 teses” que propõem a reforma da profissão, escolhemos cinco teses que congregam em si esta ideia central do autor,

[4] Descrição de parte do vídeo postado no canal do Youtube do Professor Edson Oliveira. Título do vídeo: Introdução às 23 teses para a reforma do Serviço Social, publicado em 17/10/2017, com duração de 3:17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0BPhX3z7if4>.

justificando a importância de retomar as ideias iniciais na gênese do Serviço Social por não existir uma identidade profissional adequada e que não há mais espaço para a defesa do projeto ético-político profissional. Quais sejam:

1ª tese: "É necessária uma reforma do Serviço Social brasileiro". Nesta tese, Oliveira afirma que a profissão tem uma característica crítica e interventiva, portanto, deve-se retornar a sua metodologia inicial. Para Oliveira (2017a, p.3, grifos autorais),

> […] **reformar** o Serviço Social é resgatar a essência de sua origem como profissão de intervenção humano-social e como ciência social aplicada, diferente do rumo que vem tomando, de uma 'profissão militante político-ideológico partidária'. Dessa forma, **reformar** e retomar a sua essência e as suas origens, para com isso, mudar a rota de destruição e descaracterização que está em curso, ou seja, de uma ação mais militante pautada num discurso utópico ilusório (pois não diz como isso é possível, gerando perda de identidade, confusão e direção aos profissionais) o que não cabe a uma profissão, e sim, e se muito for, a organizações militantes como sindicatos, ONGs ativistas, movimentos sociais, mas jamais para uma **PROFISSÃO.**

O autor afirma que a reforma da profissão necessita estar em conexão com sua base preconizada por Mary Richmond, ressaltando a característica sistemática para compreender e intervir na realidade. Segundo o autor (OLIVEIRA, 2017a, p. 4), a necessidade de reformar o Serviço Social está na urgência dos fatos da atual conjuntura, como por exemplo:

> a) perda de espaços profissionais tradicionais para outras profissões e profissionais [...]; b) urgência de abertura de novos espaços e alternativas de postos de trabalho [...]; c) outras competências, habilidades e posturas **PROFISSINAIS** são exigidas, mas não são ofertadas nas faculdades e nem em cursos de qualificação contínua - o que leva os profissionais a ficarem defasados e perderem espaços e oportunidade de trabalho e emprego [...]; f) formação, currículo, estágios e formação continuada que estejam conectados às reais demandas e não em serviços e numa ideologia e um projeto político-partidário, o qual a cada dia se distancia mais de uma identidade profissional para se limitar a uma militância descabida sem nexo com a plausibilidade e a realidade das legitimas demandas profissionais e com atitudes que de fato sejam condizentes com os novos desafios do século XXI. (Grifos do autor).

2ª tese: Parafraseando Oliveira (2017a, p.6), o Serviço Social brasileiro mostra um distanciamento em relação a sua origem, devido à "praga do politicamente correto" expresso através do pensamento hegemônico explicito pelo projeto ético-político profissional, o qual, segundo ele, não possibilita diálogos com os que pensam diferente. Outro ponto que provoca esse distanciamento é a "visão

maniqueísta" provocada pelo marxismo, resultando em uma exclusão de outras fontes ideológicas que não sigam a linha de pensamento de Karl Marx. Oliveira fala em uma "esquizofrenia intelectual" e afirma que existe um "nítido saudosismo" ao socialismo e comunismo, ressaltando que essa experiência nunca aconteceu ou obteve sucesso. Afirma ainda que há um "policiamento epistemológico", o qual defende a pluralidade e a democracia, mas não as cumpre, gerando uma contradição política, pois a "pluralidade empática" começa a ser substituída pela "pluralidade simpática" que só tolera a atual vinculação ao pensamento marxista e os demais são considerados superados.

6ª tese: "Sem uma identidade profissional adequada, não somos mais uma profissão, pois a identidade é resultado do que somos, pensamos, agimos e interagimos com o nosso cotidiano", por isso "é preciso que a lei de regulamentação da profissão, código de ética, diretrizes curriculares e as disciplinas do curso sejam revistas e adequadas a essa lógica de profissão e não de militância". O autor ressalta que o mercado não contrata profissionais para militar em seu cotidiano e sim para propor ações interventivas com competência, ética e humanidade (OLIVEIRA, 2017a, p.9).

8ª tese: De acordo com Oliveira, é necessário repensar e voltar às determinações iniciais da profissão, marcadas pelo Serviço Social tradicional. Nesse resgate histórico, o autor evidencia que Marx e sua crítica não propõe ações práticas para o cotidiano.

> Retomar a **origem do Serviço Social** como profissão e como ciência é resgatar a centralidade de seu objeto, que sempre foi, é, e sempre será o ser humano e sua realização. No cotidiano o que atendemos e pelo que trabalhamos não são as expressões da questão social - que por sinal estão muito longe de nosso alcance factual, talvez próximas do campo do pensamento e dos desejos e na maior parte do tempo de um sentimentalismo romântico tóxico - mas sim os seres humanos, as pessoas, cada qual com seus dramas, angústias e aflições. Assim como nós, profissionais, essas pessoas são afetadas por expressões da questão social e por elementos muito mais sutis e avassaladores na relação subjetiva e simbólica da vida humana do século XXI. (OLIVEIRA, 2017a, p. 11, grifos do autor).

Ainda nesse raciocínio, o autor complementa que:

> É nosso dever retomar as origens e reformar o Serviço Social e recolocar sua centralidade no ser humano, não mais como um ser isolado, mas como

> um ser conectado ao seu meio. Desse modo, recolocaríamos esse ser não como vítima de um sistema, mas como autor de sua história [...]. E desta forma, seria possível o cidadão deixar de ser um mero consumidor de serviços e de direitos, para transformar-se em protagonista de direitos e deveres. (OLIVEIRA, 2017a, p. 11-12).

Nesta lógica, defende que os assistentes sociais deixariam de ser "meros repassadores de direitos" e a profissão poderia ser mais valorizada, ganhando mais espaços para a sua atuação, voltada para o "campo social e Serviço Social Clínico", mostrando ações concretas e que estão para além da retórica revolucionária. E por fim, **15ª tese:** "Não cabe mais defender um projeto ético político profissional", Oliveira (2017, p.21), considera uma doutrina fundamentalista que não pode ser questionada, atrelado a uma militância autoritária. Por isso, reformar o PEP é necessário, pois a profissão precisa de uma visão mais profissionalizante e plural.

Oliveira (2017, p. 21-22) conclui que é urgente fazer o resgate de uma profissão que tenha "um código de ética profissional, que defenda sua identidade profissional [...] Precisamos ser mais profissão e menos militância". Existe também uma valorização da educação a distância (EaD) e a adoção do termo "profiscídio" que faz referência a um suicídio profissional em decorrência do maniqueísmo. Além disso, há um entendimento de que "o Serviço Social no Século XXI pode e deve ser uma ciência social aplicada na gestão do design de serviços sociais para o bem-estar e sustentabilidade humana" (OLIVEIRA, 2017, p. 36).

Analisando as considerações do autor, percebe-se um excessivo avanço do conservadorismo na sua concepção da profissão e que provoca inúmeras consequências para um exercício profissional crítico, interventivo e reflexivo do assistente social. A partir de uma perspectiva crítica é necessário ressaltar que o Serviço Social exige essencialmente uma dimensão política na sua intervenção profissional, por estar intrínseco no seu cotidiano, na relação contraditória entre capital e trabalho, reforçando que não há neutralidade na ação profissional. Busca-se atender minimamente os interesses da classe trabalhadora na luta pela manutenção dos direitos socialmente conquistados na sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que garante as condições da manutenção da classe dominante no poder.

Com isso, se reafirmam desafios para os assistentes sociais através da necessidade do rompimento com a visão endógena do serviço social. O enfrentamento ao pragmatismo que se põe na realidade social está na compreensão da dinâmica societária para além das rotinas institucionais. Para esse debate, Iamamoto (2008) ressalta que o conservadorismo se encontra:

> […] enraizado na própria ótica de interpretação da profissão, dominante na formação profissional brasileira. A herança conservadora do Serviço Social é atualizada nas últimas décadas, incidindo em mudanças no discurso dos métodos de ação, dentro de uma estratégia de *modernização da instituição do Serviço Social* para responder as demandas apresentadas pelo capitalismo monopolista e pelo novo caráter do Estado. (IAMAMOTO, 2008, p. 170, grifo da autora).

A autora complementa a análise afirmando que há uma crescente preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental técnico-operativo, na busca de eficiência, bem como o aprimoramento de análises, diagnósticos e planejamento. Há, nesse sentido, uma tecnificação da ação profissional acrescida de uma crescente burocratização institucional. É o que podemos observar nas teses desenvolvidas por Oliveira.

Iamamoto (2008, p. 170) menciona a mudança de hábitos, atitudes e comportamentos do trabalhador através do trabalho profissional, adequando-os aos “novos ritmos de desenvolvimento”, atualizando seu caráter missionário e utópico. Como alternativa a essas questões, deve-se fortalecer o projeto ético-político profissional, bem como a construção de uma formação profissional qualificada que possibilite uma rigorosa compreensão do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo pautado nas correntes de pensamento marxistas vigentes.

Para uma crítica efetiva dessas tendências restauradoras do Serviço Social tradicional, deve-se reforçar uma análise política que ultrapasse o mero pragmatismo vivido no cotidiano profissional, além da articulação fundamental entre teoria e prática, estabelecendo estratégias de ação no exercício profissional, de forma crítica e reflexiva.

Mediante as considerações da autora, em relação às alternativas de superação da reatualização do conservadorismo, é fundamental que haja uma

articulação entre a formação acadêmica e o exercício profissional, além do fortalecimento de um projeto coletivo profissional, para que haja uma compreensão do desvelar da realidade e que seja efetiva a viabilização dos direitos da classe trabalhadora.

Diante desse debate, torna-se urgente à discussão sobre as estratégias de enfrentamento e resistência a esta ofensiva na profissão. A análise crítica a partir da perspectiva de totalidade da conjuntura econômica e política são essenciais para a organização de lutas coletivas e individuais, capazes de enfrentar a ofensiva conservadora.

Dois pontos-chave norteiam a discussão do enfrentamento do conservadorismo no Serviço Social: o primeiro deles diz respeito ao projeto ético político da profissão, pois, ao contrário do que Oliveira diz, faz-se necessário refletir sobre ele em relação a sua constituição e formas de materialização, além da constante formação profissional que aproxima o assistente social da reflexão sobre suas bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, indispensáveis para o trabalho profissional numa perspectiva crítica. Diante disso, quais os componentes que materializam o projeto ético político da profissão? Esse questionamento é facilmente compreendido quando associamos o projeto aos instrumentos e documentos legais que regem a profissão, bem como os referenciais teóricos que legitimam as ações profissionais. Nesse sentido, Braz (2001, p. 5) menciona que:

> O entendimento dos elementos constitutivos que emprestam materialidade ao projeto pode se dar a partir de três dimensões articuladas entre si, quais sejam: a) a dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social; b) a dimensão político-organizativa da categoria; c) dimensão jurídico-política da profissão.

Para uma maior compreensão, o autor explicita cada uma dessas dimensões que materializam o PEP. Em relação à produção de conhecimentos na profissão, destaca-se que é nessa dimensão que ocorre a sistematização do trabalho profissional, elaborando um arsenal crítico e teórico voltado para os processos reflexivos do fazer profissional. Trata-se da dimensão investigativa do Serviço Social, e nessa lógica o autor destaca: “[...] não cabem no projeto ético-político

contemporâneo, posturas teóricas conservadoras, presas que estão aos pressupostos filosóficos cujo horizonte é a manutenção da ordem" (BRAZ, 2001, p. 5).

Na dimensão "político-organizativa da profissão", o autor menciona que é nessa instância que se fundamenta os fóruns de deliberação e entidades representativas da profissão e que são fortemente tensionados pelo conflito entre capital e trabalho, sendo eles: (1) O conjunto dos conselhos federal e regionais de Serviço Social - CFESS-CRESS; (2) A associação brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social – ABEPSS; (3) O movimento estudantil, correspondente a executiva nacional de estudantes de Serviço Social – ENESSO; E as demais associações político-profissionais.

Braz (2001, p. 6) evidencia que "é através dos fóruns consultivos e deliberativos destas entidades representativas que são tecidos os traços gerais do projeto, quando são reafirmados (ou não) determinados compromissos e princípios". Destaca que é nessa projeção de projeto coletivo que se põe em construção um espaço democrático de construção de ideias e proposições, tendo em vista as diferentes concepções críticas no seu interior.

Na dimensão "jurídico-política da profissão", o autor destaca:

> O aparato jurídico-político e institucional da profissão que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio profissional. Há nessa dimensão duas esferas diferenciadas, porém articuladas, são elas: um aparato político-jurídico de caráter estritamente profissional; e um aparato jurídico-político de caráter mais abrangente. (BRAZ, 2001, p. 6).

Em relação à primeira esfera, constam os documentos legítimos da categoria: Código de Ética Profissional de 1993, a Lei nº 8.662/93 que regulamenta a profissão e as Diretrizes Curriculares. Na segunda esfera, está a constituição cidadã - Constituição Federal de 1988, e as demais leis e decretos que são fruto das lutas sociais que orientam e legitimam a viabilização de direitos através das políticas sociais.

O autor supracitado afirma que este projeto está em construção e se encontra fortemente tensionado pelas direções sociais neoconservadoras no interior da profissão, além dos rumos neoliberais da sociedade capitalista. Diante disso, é

necessário citar dois aspectos que colocam o projeto ético-político do Serviço Social em crise: o primeiro faz referência a "ausência de uma proposta alternativa a do capital na sociedade brasileira, capaz de unificar interesses sociais distintos relativos ao *trabalho*"; além disso, a ascensão da ideologia neoliberal e a fragilização dos movimentos sociais configuram um cenário de enfraquecimento das possibilidades de um "*projeto societário alternativo ao do capital"*. O autor destaca que esse fato desencadeou uma grande crise com rebatimentos no Serviço Social e nas demais categorias profissionais e grupos sociais. "Em poucas palavras: *a crise de projeto societário das classes trabalhadoras impõe uma crise ao nosso projeto profissional*" (BRAZ, 2007, p. 7, grifos do autor).

Nessas expressões do autor se revela uma preocupação em relação às condições objetivas com que a profissão se efetiva no cenário neoliberal, dentro de um contexto de flexibilizações de vínculos empregatícios, baixos salários e fragmentação das políticas sociais. Segundo Braz (2007, p. 8), o projeto ético-político pode ter dificuldades para exercer seus princípios no atendimento das demandas mais imediatas que cercam o fazer profissional. "Aqui o projeto profissional corre sério risco. Outras expressões políticas da profissão – de variados tons neoconservadores – mais ou menos organizadas podem ganhar espaço e terreno em meio à degradação das condições de trabalho profissional".

Nesse sentido, a discussão sobre a formação profissional se insere como premissa para o segundo ponto-chave que norteia a discussão do enfrentamento do conservadorismo para o Serviço Social. Neste quesito, ressalta-se a importância da unidade entre teoria[5] e prática como fundamental para a pesquisa e observação da realidade, além da compreensão do contexto de formação que advém da conjuntura econômico, social, política e cultural no cotidiano pela lógica capitalista de dominação e exploração, norteada pelo ideário neoliberal.

Segundo Iamamoto (2008), a formação profissional não deve ser compreendida somente em relação ao título do assistente social para corresponder

[5] Nesse contexto é necessário destacar que a teoria **não** é uma receita de bolo em que se aplica, literalmente, na prática. Ela fornece o caminho para desvelar as contradições inerentes ao capitalismo e, consequentemente, ao Serviço Social, pois, não existe um roteiro para a execução, existem demandas que são mediadas pela capacidade crítica, criativa e interventiva do Assistente Social. Portanto, a teoria é a base fulcral para enxergar além do aparente, significa essência e totalidade.

a sua necessidade voltada ao mercado de trabalho, ao contrário, "trata-se de *preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado"* (IAMAMOTO, 2008, p. 163, grifos da autora).

Braz (2007) também faz referência à qualificação da formação profissional, de modo que sejam superadas as fragmentações na categoria profissional causadas pela desqualificação do ensino à distância e pela mercantilização do ensino superior. Diante disso, é fundamental que a formação profissional seja fortalecida através da perspectiva marxista, para que o projeto ético-político possa se efetivar conforme a sua direção social.

Nesse sentido, é indispensável a recorrência a Marx como fonte para apreender o essencialmente necessário para a compreensão da dinâmica na sociedade capitalista, visto que é imprescindível ir além do que está posto superficialmente na vida social por meio de ações burocratizadas e descontínuas com um caráter filantrópico que se impõe ao serviço social. Tal reflexão orientada a partir da inserção da profissão nas relações das classes sociais é essencial para traçar as possibilidades de atribuir respostas qualificadas ao trabalho profissional, alcançando alternativas pautadas na consciência crítica do assistente social.

Guerra (2009) afirma que é exigido do assistente social um sólido referencial teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que permita uma análise crítica da realidade para que sirva de referência para a atuação profissional e o desmascaramento das expressões da "Questão Social", a fim de servir como uma estratégia que orienta e instrumentaliza a ação profissional, com o propósito de alcançar o atendimento das demandas para além do imediatismo. Desse modo, a formação e o exercício profissional têm como desafio possibilitar a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, efetivando direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano. A compreensão crítica, investigação e a pesquisa, se tornam indispensáveis para alcançar estratégias de enfrentamento, bem como o aprimoramento intelectual que é essencial na intervenção profissional, para compreender e desmistificar as bases cotidianas de caráter heterogêneo, imediato e superficial que norteiam a vida na sociedade capitalista.

Desse modo, podemos afirmar que a formação profissional necessita de um projeto profissional com uma direção social claramente definida, servindo como base para o exercício profissional, norteando assim todo o processo de formação e intervenção que o assistente social necessita para compreender a dinâmica da sociedade de classes e suas contradições.

3 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida aqui nos levou ao entendimento de que o homem está inserido na cotidianidade mesmo que não perceba sua influência e suas características heterogêneas e hierárquicas, que acabam por agir a partir do seu tendencial imediato e pragmático, sendo, então, a gênese e espaço para o desenvolvimento do pensamento conservador, que é intensificado no decorrer do desenvolvimento da sociedade capitalista, passando a expressar-se em diversos âmbitos na sociedade.

A intensificação do conservadorismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, particularmente, configura-se de duas formas: numa perspectiva macro, que se desenvolve a partir do avanço da ideologia neoliberal, com repercussão no objeto de intervenção do Serviço Social; e numa perspectiva micro (nas dimensões ética e técnico-operativa), através da ausência de um referencial teórico-metodológico de conhecimento da totalidade mediado pelas contradições entre capital e trabalho, cujas ações são tendencialmente imediatas e pragmáticas.

Ao desencadear esse processo acrítico para compreender as demandas e desafios inerentes a profissão, estimula-se uma reação conservadora no interior do trabalho profissional, constituindo um impacto demasiado no sentido de enfraquecimento nas frentes de luta da categoria e na defesa do projeto ético político da profissão. Como exemplo, consideramos as “23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro” como uma máxima ameaça à unidade do arcabouço teórico-crítico conquistado historicamente, o resgate das origens da profissão significa desconsiderar todos os avanços políticos e sociais do Serviço Social, além de deturpar o significado do projeto ético-político da profissão.

REFERENCIAS

BRAZ, M. A hegemonia em xeque. Projeto ético-político do Serviço Social e seus elementos constitutivos. In: **Revista Inscrita**, n. 10. CFESS, 2007. p. 5-10.

_____. Notas sobre o projeto ético político do Serviço Social. In: **Assistente Social**: ética e direitos. Coletânea de leis e resoluções (CRESS 7ª região). Rio de Janeiro, 2001**.**

GUERRA, Y. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: **Serviço Social**: Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS e ABEPSS, 2009.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social na contradição capital/trabalho: concepção da dimensão política na prática profissional. In: ANAS. **Serviço Social**: as respostas da categoria aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Congresso Chico Mendes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: _____; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico:** elementos de caracterização e crítica. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, E. M. **23 teses pela reforma do Serviço Social brasileiro**: pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante. Paraná, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/23tesesparareforma/>.

_____. **Introdução às 23 teses para a reforma do Serviço Social**. Vídeo. Publicado em: 17/10/2017, com duração de 3:17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v= 0BPhX3z7if4>. 2017b.

SILVA, I. G. **A reforma do Estado brasileiro nos anos 90**: Processos e Contradições. In: IV Congresso de Português e Sociologia. Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais - NEILS. São Paulo, 2001.